

## O REGIONAL E A EDUCAÇÃO EM BUSCA DO SUJEITO

Gilmar Pereira da SILVA  
Professor da Universidade Federal do Pará

**Resumo:** *O presente trabalho tem o propósito de estabelecer uma discussão a respeito da questão regional articulando a problemática educacional. A discussão tem como lócus a região amazônica. O artigo discute o conceito de região tentando demonstrar como o mesmo é visto em grande parte dos meios acadêmicos, de forma que o ser humano é o que menos conta na construção de tal conceito. Por outro lado busca-se também apontar outras possibilidades, tendo a educação como instrumento capaz de contribuir para uma re-elaboração conceitual que permita uma nova síntese que leve em conta além dos recursos físicos, da fauna e da flora, mas sobretudo o homem.*

### 1 – Breves Considerações

*Se a ordem mundial é disjuntiva entre níveis econômicos, culturais e políticos, a formação social nacional é mediadora entre o mundo, a região e o lugar.*

*Marilene C. Silva*

Falar de região em uma sociedade global é um desafio extraordinário. Primeiro é preciso deixar claro a que tipo de região está se referindo, sob pena de se criar uma grande confusão, uma vez que o conceito de região cabe hoje a diversas formas de organização sócio-geográfica.

Neste artigo pretendemos discutir a dinâmica regional de uma região específica, ou seja, a Amazônia brasileira, e ao mesmo tempo pretendemos entender de que maneira os sujeitos são apreendidos nessa dinâmica.

Entender a Amazônia em um artigo é uma afirmação bastante pretensiosa e arriscada, por isso queremos esclarecer de antemão que a reflexão aqui apresentada busca captar de que forma os sujeitos são

postos na consolidação de tal conceito, a partir do processo educacional, seja ele formal ou não.

## 2 – Região, um Espaço Geográfico?

Quando falamos em região logo vem em nossas mentes um cenário geográfico, sem, no entanto, nos preocuparmos com a ocupação humana desse espaço. Quando muito pincelamos algumas rápidas palavras a respeito do assunto sem, porém, nos aprofundarmos, uma vez que a descrição do clima, da fauna, da flora, dos recursos hídricos parece responder pela totalidade conceitual do que venha ser região.

O que se verifica é uma idéia de totalidade "totalitária" que estabelece a lógica de região como algo amorfo, congelado, situação que no nosso entender cabe muito bem na reflexão de Marx Horkheimer quando afirma que "não é mais necessário, nenhum passeio para ver a paisagem, e assim o próprio conceito de paisagem, tal como é experimentado por um andarilho, torna-se arbitrário e sem significado. A paisagem degenerou completamente em paisagismo" (1976, p. 46).

Ora a metáfora usada pelo autor para refletir a respeito do papel da razão parece caber perfeitamente em nossa reflexão. Ao contrário da figura de linguagem utilizada pelo autor, aqui o trocadilho paisagem paisagismo é literal, e justifica-se na necessidade de garantir as cifras de exportação, seja de madeira, palmito de açai, pescado, minerais e tantos outros produtos à dinâmica anual não nos permite olhar o "inferno verde", sem uma padronização econômica que reduz à insignificância mitos e lendas amazônicas.

Nossa reflexão tem o propósito de procurar responder se existe outra possibilidade além desta, em que seja possível romper com o aprisionamento desta razão instrumental que tem um olhar fixo no horizonte sem disposição para olhar para os lados, ou para trás. Aqui a idéia do "fim da história" parece bastante sugestiva. Se tivermos dúvidas em relação a isto, basta que olhemos cidades jovens da Amazônia e verifiquemos o grau de devastação. Quando consultados, os agentes políticos e sociais de algumas delas chegam a dizer que a madeira ainda dá para dez anos. Não há menção às consequências sócio-ambientais, ao contrário a reflexão aqui diz respeito à economia. A preocupação ambiental é coisa de "ambientalistas desocupados". A sensação que se tem é da ausência de um senso crítico capaz de pensar

para além do conjuntural efêmero, fugidio como as nuvens de fumaça em uma carvoeira.

Por outro lado, há uma corrente de pensamento que faz uma leitura diferente ao apontar que no conceito de região é possível não só compreender o espaço geográfico, mas, sobretudo, deve dar conta do dinamismo sócio-econômico e cultural. No caso da Amazônia, Marilene Correia da Silva (2000, p. 260) afirma que os espaços amazônicos em transfiguração permitem leituras das referências políticas, econômicas, culturais, globais e mundiais. Ora a realização de uma reflexão dessa magnitude demanda um profundo conhecimento do modo de ocupação dessa região e dos sujeitos que nela habitam, de maneira que a partir do resultado deste levantamento se possa apontar propostas de ação, quer seja de políticas públicas ou privadas.

O que denominamos lógica de ordenamento regional pode ser apreendido de diversas maneiras, sendo que ao longo da história o que tem preponderado é a dimensão territorial. Evidentemente que mesmo aqui não se pode afastar os demais elementos que conformam uma região, como clima, fauna, flora e, sobretudo, os seres humanos, seu comportamento social, econômico e político – sobretudo o que no nosso entender sintetiza tudo isto, ou seja, a cultura. A diferença, porém, se dá de maneira que os demais elementos preponderam em relação ao ser humano. Tal situação fica clara nas tentativas de conceituar o tema, sobretudo, no que tange as relações econômicas.

Discutir a lógica de ordenamento regional requer, portanto, um mapeamento dos sujeitos que habitam tal espaço, bem como a conformação social que os mesmos apresentam. No caso da Amazônia a dinâmica de ocupação é extremamente adversa e precisa ser entendida nesta adversidade. São populações indígenas, remanescentes de quilombos, ribeirinhos, pequenos agricultores, ao lado de madeireiros, grandes produtores rurais, trabalhadores urbanos, no setor público e privado, industriais de médio e grande porte, residindo em comunidades relativamente fechadas, como os índios e remanescentes de quilombos, em fazendas ou ainda em pequenos lotes de terra. É o caso dos pequenos agricultores bem como aglomerados de populações urbanas vivendo em pequenas, médias e grandes cidades. Neste último caso, estão em destaque as duas maiores cidades com mais de um milhão de habitantes, que são Belém e Manaus. Esta dinâmica é bastante difícil de ser apreendida enquanto totalidade. Nesse sentido, Pereira da Silva faz a seguinte reflexão:

*Esta diversidade trás consigo querêdes conflituosas no campo da cultura, do social e, sobretudo da economia, onde a diversidade de atores sociais, presentes produzem um conjunto de possibilidades, seja no campo da cultura, através de mistura de raças, proporcionada aqui por uma combinação mais espontânea (populações tradicionais), seja em relação às condições econômicas, onde a multiplicidade de sujeitos permite também uma multiplicidade de afazeres (2002, p. 97).*

Tal multiplicidade na maioria das vezes é totalmente contraditória, como, por exemplo, o produtor de açaí que precisa da palmeira em pé para produzir novos frutos e o produtor de palmitos que precisa derrubar a palmeira para extrair o palmito ou ainda o extrativista dos mais diversos produtos e o madeireiro. Essa dinâmica requer sem dúvida um "malabarismo" dos agentes sociais e políticos, com vistas a fazer com que a região continue existindo. Até o momento a convivência tem sido extremamente conflituosa, resultando muitas vezes num ceifar de vidas consideradas incompatíveis com o "progresso" e o "desenvolvimento" propostos por esta lógica. K. E. Eriksson nos chama atenção para a necessidade que temos de compatibilizar nossa vida na terra, ao afirmar que:

*Se condições apropriadas para a vida são comuns ou não no universo, o que importa é que um lugar habitável como a terra, deve ser considerado valioso e que a vida nela também tem seu valor. Similamente, desenvolvimento cultural e cultura são valiosos (1999, p. 83).*

As afirmações do autor nos induziram a apontar para a construção inicial de um conceito que foi denominado de educação da conformidade. Educação esta que busca tornar tudo conforme a necessidade de manutenção do *status quo*, faz com que a idéia de negação seja colocada no bojo da inter-relação sujeito e objeto, permitindo que este se consolide mesmo através de uma suposta contradição. Herbert Marcuse vê esta deformação para a conformação em estruturas sociais tradicionais, incluindo aqui a própria sociedade para o autor:

*A própria categoria 'sociedade' expressava o conflito agudo entre as esferas social e política – a sociedade antagonista do*

*estado. Do mesmo modo 'indivíduos', 'classe', 'família' designavam esforços ainda não integrados nas condições estabelecidas, esferas de tensão e contradição com a crescente integração da sociedade industrial, essas categorias estão perdendo sua conotação crítica, tendendo a tornar-se termos descritivos, ilustrativos ou operacionais (1978, p. 17).*

Marcuse nos dá a oportunidade de verificarmos o quanto a ideologia da sociedade capitalista constrói esta conformidade envolvendo setores com possibilidade de tencionar para a quebra da padronização exacerbada, fazendo com que estes abdicuem de seu teor conflituoso para tornarem-se mero instrumento operacional da engrenagem. Em outras palavras, construir a conformidade pressupõe padronizar os desconformes e em muitos casos colocá-los a serviço da conformação. Para termos ciência disso, basta que olhemos temas candentes na sociedade e verifiquemos o quanto eles se tornaram banais e aceitos por todos. A título de ilustração, podemos citar questões como reforma agrária, educação, saúde pública e nos perguntar se existe algum agente social ou político capaz de dizer que é contra estes temas. Ora em grande parte eles deixaram de ser paisagem e se transformaram em paisagismo, termos amorfos que servem tanto para protestar quanto para afirmar a estrutura vigente.

Tal educação faz dos sujeitos este ser com a "alma" altamente vulnerável, presa a uma racionalização individual, em que o desejo de conquista de espaço faz negar a existência de outros atores. Neste espaço a disputa pela terra, posta em evidência pelo Movimento Sem Terra – MST, deixa claro o outro lado desse antagonismo, ou seja, o grande latifúndio hoje não é mais uma categoria específica separada da grande burguesia urbana, ao contrário, hoje há uma "fundição" entre estas, exemplo disso é que grandes banqueiros, industriais, comerciantes, entre tantos outros agentes da economia nacional, são também grandes fazendeiros, produtores rurais e conseqüentemente latifundiários. A educação da conformidade é também a sistematização da conformidade dos setores econômicos que buscam estabelecer uma síntese solidária dos diversos setores da economia. O empírico, portanto, é substância clara desta reflexão.

### **3 – Em Busca de Outros Caminhos**

O desafio, portanto, é compatibilizar esta multiplicidade de atores. Evidentemente que a estrutura econômica é o grande nó deste novelo,

na medida que as exigências econômicas vão além da busca do viver bem a articular-se principalmente no processo de acumulação sem limites, situação que resulta em um saldo extraordinariamente grande para um pequeno grupo e conseqüentemente na exigüidade para a grande maioria dos sujeitos. A grande questão é como responder numa sociedade com comportamento tão arraigado por uma conjuntura que parece julgar-se eterna a esse respeito. Santos faz uma reflexão que nos chama atenção para a ordem em que estamos vivendo afirmando que:

*Também na ordem social e individual são individualismos arrebatadores e passivos, que acabam por construir o outro, como coisa. Comportamentos que justificam todo desrespeito às pessoas são, afinal, uma das bases da sociedade atual (2000, p. 47).*

Buscando contrapor a educação da conformidade, tem-se procurado construir outras saídas denominadas de educação popular. No caso da região amazônica, o popular tem que levar em conta esta multiplicidade complexa de sujeitos, sobretudo aqueles oprimidos, de maneira que se possa apontar outra lógica de construção e apropriação do saber articulando tal construção a estes sujeitos desprovidos de acesso aos bens culturais, sobretudo a elaboração e re-elaboração do conhecimento. Dessa maneira, Lima (2001, p. 269) faz uma ressalva interessante afirmando ao mesmo tempo que não é "qualquer" educação que se propõe, mas uma educação comprometida com a formação dos sujeitos "transformadores". Aqui surge a proposta de uma outra trilha. Não se trata exclusivamente de fazer educação ou alfabetizar a população, principalmente a população adulta, tradicionalmente expulsa do sistema, é, sobretudo, o tipo de educação que é colocada em debate.

Para tanto é preciso que esta nova dinâmica não só de apreensão desta perspectiva de educação conformada possa se apropriar claramente da forma material que lhe dá sustentação para que se possa combatê-la. Isso quer dizer que se tem não só que se reconhecer como índio, ou remanescente de quilombo, ou ainda extrativista, ou pequeno agricultor, é fundamental também que se dê conta dos antagonismos aí presentes e como estes se articulam, para que se possa ter clareza das limitações institucionais que se apresentam, não como algo solto desprovido de inter-conexões, mas como um emaranhado de sujeitos articulados não só pela solidariedade de classe de forma subjetiva. Ao contrário, na

maioria das vezes suas posses como sujeito ativo o fazem trilhar do setor primário ao terciário da economia construindo uma racionalidade de alianças perversas que vão desde os “jagunços”, para proteção de grandes latifúndios, até convênios com o Estado para cedência dos policiais para proteger seus comércios e bancos.

O que fica evidente aqui é a solidez com que a classe dominante vai estruturando suas ações, estendendo seus tentáculos a todos os setores da economia, tornando cada vez mais sólidas suas ações, de maneira que o antagonismo está muito presente, o que, do ponto de vista empírico, é possível conceber que a tese de Antunes (2001), em relação à classe que vive do trabalho, pode ser aplicada perfeitamente em seu antagonismo. Evidente que a denominação aqui seria outra, ao invés de classe que vive do trabalho inicialmente, poderíamos denominar aqui classe que explora o trabalhador, sem nos preocuparmos de *per se* com o lugar que esta classe ocupa na produção. O importante é que ela é o antagonismo da classe que vive do trabalho, antagonismo irreconciliável não por bondade ou maldade dos sujeitos, mas pela própria natureza de seus interesses. Como bem destaca Meszaros:

*A relação entre capital e trabalho não pode ser considerada simétrica, dada a impossibilidade de equilibrar o poder em disputa e muito menos de alterá-lo a favor do trabalho. O conceito de 'equilíbrio do poder' como regulador da força sociopolítica interna pertence apenas ao mundo do capital, influenciado com 'legítimo interesse' as inter-relações variáveis entre os menores e os maiores constituintes do capital social total articulado em qualquer ponto particular da história (2002, p. 837).*

As palavras do autor nos remetem para a reflexão que estamos desenvolvendo neste trabalho, de tal modo que a multiplicidade de sujeitos e, conseqüentemente, a multiplicidade de afazeres só têm sentido na medida que é colocado como um instrumento metodológico capaz de permitir o entendimento de uma nova conformação de classe, ou seja, o antagonismo não vem da multiplicidade de sujeitos mas sim da estrutura dominante existente entre uma classe que domina e hegemoniza o poder e ao fazer isto parece estabelecer uma universalidade nesta forma de dominação, de maneira que tal forma parece ser a única possível. Por outro lado, os trabalhadores alienados

de sua condição social acabam absorvendo tal realidade como desígnios dos deuses aos quais rendem tributos na esperança de receber suas benesses, ou seja, não compreendem que sua exploração é feita por ser da sua espécie, situação bem esclarecida por Marx quando afirma que:

*Uma consequência direta da alienação do homem com relação ao produto de seu trabalho, à sua atividade vital e à sua vida – espécie é que o homem é alienado por outros homens. Quando o homem se defronta consigo mesmo, também se está defrontando com outros homens. O que é verdadeiro quando a relação do homem com seu trabalho com o produto desse trabalho e consigo mesmo também o é quanto à sua relação com outros homens, com trabalho deles e com os objetos desse trabalho (1979, p. 97).*

Dessa forma, a superação do estado de coisas em que o homem é colocado passa, portanto, pela necessidade material que este tem de desconstruir o discurso que busca dar *status* de eternidade à realidade presente, situação que no nosso entender só será possível através da ação mesma dos sujeitos indo à raiz do problema. Acredita-se também que isso só terá sentido a partir da captação clara do dilema de classe, ou seja, da superação da alienação tão bem conceituada por autores como Hegel e Marx.

No caso da Amazônia, esta situação não pode passar despercebida, nem tampouco se pode ter a ilusão de resolver o problema através do convencimento de defesa da natureza tão propalada hoje pelos chamados países centrais. Sabemos, no entanto, que a questão é bem mais profunda e que a relação ali é de disputa de uma classe sobre a outra e isto está muito claro quando se verifica a presença de grandes banqueiros plantando dendê, grandes empresas nacionais e internacionais interessadas na extração e na produção de minério de ferro, alumínio, entre outros, bem como grandes empresas de pesca nacional e internacional, não só pescando, mas pesquisando em busca de informação sobre o pescado. Fica bastante claro que a questão é entre o capital e o trabalho. O sentido da fauna e da flora para a classe dominante não é outro senão o desejo de acúmulo de riquezas cada vez mais. Para o grande capital o problema, portanto, não é quem somos, mais quanto podemos produzir.

Marx, numa célebre reflexão sobre a natureza, parece embutir nesta conceitos como alienação, na medida que o homem ao desconhece-la desconhece também sua condição de humanidade de forma bastante contundente, ao afirmar que:

*A universalidade do homem aparece, na prática na universalidade que faz a natureza interna seu corpo orgânico: 1) como meio direto de vida, e, igualmente, 2) como objeto material e o instrumento de sua atividade vital. A natureza é o corpo inorgânico do homem, quer isso dizer a natureza excluindo o próprio corpo humano. Dizer que o homem vive da natureza significa que a natureza é o corpo dele, com o qual deve manter-se em contínuo intercâmbio a fim de não morrer. A afirmação de que a vida física e mental do homem e da natureza é interdependente consigo mesmo. Pois o homem é parte dela (1983, p. 84).*

Esta leitura extraordinariamente consubstanciada só reforça a reflexão que estamos desenvolvendo, na medida que, para uma sociedade de opressores e oprimidos como a contemporânea, este raciocínio é impensável. Na medida que reconhece a natureza como vital para a vida coletiva, só é aceita pelos agentes econômicos como teoria sofisticada a ser colocada nos livros que devem ser lidos como uma realidade distante que não nos atinge.

Dessa forma é preciso que se entenda a educação, o regional e a Amazônia, em particular, dentro dessa lógica padronizada, mas que pode apontar para outros caminhos. A tarefa de acordarmos enquanto sujeito é fundamental para a perspectiva de um outro desfecho que não o da conformidade.

Este desfecho parece nos encaminhar para a proposta de uma nova síntese, articulada, a disputa por uma outra forma de Educação agora não mais calcada em uma estrutura dominante tornando-a cada vez mais amalgamada, mas, sobretudo, em disputar espaço com o *status quo*, implementado pelos agentes estatais em relação à Educação. Paiva aponta formas como a Educação popular é conceituada ao afirmar que:

*Entende-se por Educação popular, freqüente, a colocação oferecida a toda a população aberta a todas as causas da sociedade. Para tanto ela deve ser gratuita e universal. Outra*

*concepção da Educação popular seria aquela de Educação destinada às chamadas camadas populares da sociedade: a instrução elementar quando possível e o ensino técnico profissional tradicionalmente considerado, entre nós, como ensino para desvalidos (1987, p. 46).*

Se avaliarmos de forma criteriosa, é possível verificar que essa realidade ainda persiste. O desafio principal deve ser no sentido de se apresentar uma perspectiva de Educação que, no embate com a proposta dominante, que alija a grande maioria da população, se logre alcançar a elaboração e a implementação de uma proposta de Educação que seja realmente popular, não porque busque alcançar os mais pobres, mas que permita aos sujeitos se darem conta de sua existência, de forma universal, tendo a estrutura do Estado como principal patrocinadora de tal política.

Em outras palavras, a necessidade de uma outra educação tem que estar calcada no desejo de humanização dos sujeitos e só pode ser entendida na perspectiva de ruptura com o estado de coisas predominante hoje, o que quer dizer que o desejo de simetria dos interesses da população não pode ser entendido sem a preocupação de compreender e romper com a dinâmica de exploração regional e conseqüentemente com a política de alianças entre os diversos setores do capital com o propósito de acumular cada vez mais recursos em poucas mãos.

A educação da conformidade é, neste sentido, um construto ideológico com o propósito de convencer os trabalhadores de que a única saída está posta e não há como dar outra direção às suas vidas, sendo importante compreender que esse tipo de educação não se apreende apenas do ponto de vista formal, mas também no dia-a-dia com o intuito de tornar comum o discurso dominante.

## BIBLIOGRAFIA

SILVA, Marilene Correia da. *Metamorfoses da Amazônia*. Manaus: Ed. EUA, 2000.

ERIKSSON, K. E. Ciência para o desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTE, Clóvis (org.). *Meio Ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 1999.

HORKHEIMER, Marx. *Eclipse da Razão*. Rio de Janeiro: Labor do Brasil, 1976.

LIMA, A. A. B. O rio, a rede e o pescador, Educação popular e construção do conhecimento na Amazônia. In: *Educação popular na Amazônia: As experiências da CUT em qualificação profissional*. Porto Velho: Imediata, 2001.

MARX, Karl. Manuscritos filosóficos econômicos. In: FROMM, Erich. *O Conceito Marxista de Homem*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

MARCUSE, Herbert. *A ideologia da sociedade industrial. O homem unidimensional* Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MÉSZARO, István. *Para além do capital*. São Paulo: Bom Tempo, 2002.

PAIVA, P. V. *Educação popular e Educação de adulto*. São Paulo: Loyola, 1987.

SILVA, Gilmar Pereira da. Desenvolvimento e Racionalidade na Amazônia. In: *Trabalho e desenvolvimento na Amazônia: As experiências formativas da CUT*. Porto Velho: Eduafro, 2002.